



Líderes vão reivindicar votação de temas polêmicos, como piso salarial de PMs e bombeiros

Em reunião marcada para a próxima terça-feira, o presidente Marco Maia apresentará um cronograma de votações para este semestre, mas pretende incluir na pauta matérias que tenham consenso

Página 3

DESENVOLVIMENTO URBANO | 7

Aprovado programa para estimular instalação de ciclovias e promover integração de bicicletas no sistema de transporte coletivo



COMBATE ÀS DROGAS | 8



Relator de comissão especial, Givaldo Carimbão defende aumento da pena para grandes traficantes e proibição da propaganda de bebidas alcoólicas

Takayama: decasséguis vivem situação estável no Japão depois do terremoto

O presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Japão, deputado Takayama (PSC-PR), disse ontem que, passados quatro meses do tsunami e do pior terremoto da história do Japão, os brasileiros que vivem no país estão em uma situação estável. De forma geral, afirmou, os decasséguis que voltaram para o Brasil após a tragédia já estavam insatisfeitos com o emprego ou com o salário, ou estavam desempregados.

Acompanhado do vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, deputado Fábio Souto (DEM-BA), Takayama esteve no Japão entre 16 e 25 de julho, em missão oficial. Além de se reunir com autoridades em Tóquio, ele visitou algumas cidades litorâneas destruídas pelo tsunami, como Sendai e Akinomaki, onde disse ter encontrado um cenário de devastação.

Takayama informou que cerca de 220 mil brasileiros permanecem no Japão. Em anos anteriores, esse número já passou de 310 mil, mas a crise econômica de 2008 e 2009 fez com que muitos retornassem ao Brasil. Antes do tsunami, eles eram cerca de 230,5 mil, segundo a Agência de Imigração do Ministério da Justiça japonês.

Educação para brasileiros - Os brasileiros vivem em cerca de 70 comunidades espalhadas pelo país. Um dos principais problemas, segundo o deputado, é o custo da educação. Como os brasileiros não se adaptam às escolas japonesas, precisam estudar em escolas de língua portuguesa, que custam 500 dólares (cerca de R\$ 800) por mês. "Uma família com dois filhos já não tem como pagar", lamentou.

Para baratear o ensino, Takaya-



O lixo acumulado depois do terremoto do Japão equivale à produção de 500 anos de resíduos

ma pediu às autoridades japonesas que liberem salas de aula que ficam vagas nas escolas locais. Esse pedido está sendo estudado, embora as salas fiquem vazias justamente para utilização em caso de algum desastre.

O deputado se reuniu com brasileiros em Hamamatsu, onde fica a maior comunidade, com cerca de 18 mil pessoas. A cidade é um centro in-

dustrial, abrigando a sede das montadoras Honda, Suzuki, Yamaha, entre outras indústrias.

Como resultado da reunião, Takayama também pediu que as escolas de língua portuguesa sejam reconhecidas oficialmente no Japão. Isso traria como consequência a obrigatoriedade do ensino para os filhos de brasileiros (como ocorre hoje em

relação aos coreanos). Segundo ele, como o ensino em português não é reconhecido, também não é obrigatório. Por isso, muitos adolescentes brasileiros não estudam e alguns se tornam delinquentes.

Aposentadoria

Takayama esteve ainda com o presidente do Grupo Parlamentar Japão-Brasil, Taro Aso, ex-primeiro-ministro, para agradecer o empenho na aprovação do acordo sobre previdência para os decasséguis.

Conforme o acordo, aprovado neste mês pela Câmara, trabalhadores que contribuírem para qualquer um dos dois sistemas poderão somar os períodos de para atingir o tempo mínimo necessário à obtenção de aposentadorias e demais benefícios. Atualmente, o acordo tramita no Senado. O deputado também se encontrou com pequenos e médios empresários que têm interesse em investir no Brasil, em diversas áreas.



Takayama

País retirou lixo equivalente a 100 anos

Sobre a situação atual do Japão, o deputado Takayama afirmou que serão necessários três anos para o país se reorganizar. O prefeito de Akinomaki disse a ele que já foi retirado lixo equivalente ao que a cidade produziria em 100 anos, e que falta retirar o equivalente a mais 400 anos.

Por enquanto, os japoneses estão removendo o entulho das cidades atingidas pelo tsunami, para depois começar a reconstrução. Ainda há milhares de desabrigados vivendo em escolas. Logo após o tsunami, a principal preocupação foi recuperar as rodovias para dar acesso às equipes de socorro e permitir a chegada das máquinas que estão removendo o lixo.

Outro problema das cidades atingidas, segundo o deputado, foi o aumento do número de suicídios. Muitos japoneses não suportaram a perda de parentes no terremoto e no tsunami.

agenda

SEXTA-FEIRA
5 de agosto de 2011

Sessão solene

Homenagem ao aniversário de São Caetano do Sul (SP). Plenário Ulysses Guimarães, 15h

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 54ª Legislatura

Presidente: **Marco Maia (PT-RS)**

1ª Vice-Presidente

Rose de Freitas (PMDB-ES)

2ª Vice-Presidente

Eduardo da Fonte (PP-PE)

1º Secretário

Eduardo Gomes (PSDB-TO)

2º Secretário

Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP)

3º Secretário

Inocêncio Oliveira (PR-PE)

4º Secretário

Júlio Delgado (PSB-MG)

Suplentes

Geraldo Resende (PMDB-MS), Manato (PDT-ES), Carlos Eduardo Cadoca (PSC-PE) e Sérgio Moraes (PTB-RS)

Ouvidor Parlamentar

Miguel Corrêa (PT-MG)

Procurador Parlamentar

Nelson Marquezelli (PTB-SP)

Diretor-Geral

Rogério Ventura

Secretário-Geral da Mesa

Sérgio Sampaio de Almeida

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Diretora: **Sueli Navarro**

(61) 3216-1500

secom@camara.gov.br

Jornal da Câmara

Diretora

Simone Ravazzoli

Editora-chefe

Rosalva Nunes

Editores

Maria Clarice Dias

Ralph Machado

Diagramadores

Guilherme Rangel Barros

Roselene Guedes

Ilustrador

Renato Palet

jornal@camara.gov.br | Redação: (61) 3216-1660 | Distribuição: (61) 3216-1826

Impresso na Câmara dos Deputados (DEAPA / CGRAF) em papel reciclado

Líderes vão pressionar pela inclusão de temas polêmicos na pauta do Plenário

O presidente da Câmara, Marco Maia, quer acordar com líderes uma pauta ampla na próxima terça-feira, mas parte da reivindicação dos partidos são projetos sem consenso. DEM já declarou obstrução até a definição de votações além das medidas provisórias

Carol Siqueira

Os líderes partidários vão reivindicar, na próxima terça-feira, a votação de temas polêmicos, em reunião para definir uma pauta ampla para o semestre. Piso nacional dos policiais e bombeiros (PEC 300/08), regulamentação de recursos para a saúde previstos na Emenda Constitucional 29 (PLP 306/08), PEC do Trabalho Escravo (PEC 438/01) e outros temas sem consenso encabeçam as prioridades de vários partidos, tanto da oposição como da base governista.

Outros projetos considerados prioritários pelos partidos são as mudanças no Supersimples (PLP 591/10), a reestruturação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (PL 3937/04), a proposta que inclui o Cerrado como patrimônio nacional (PEC 115/95), entre outros.

A defesa da votação de temas além das medidas provisórias que trancam a pauta do Plenário já levou o DEM a elevar o clima de enfrentamento da oposição e declarar obstrução enquanto não for definido um calendário de votações. “Eu não me nego a sentar com o presidente Marco Maia para definir as votações, mas precisamos de datas. Vamos pegar um calendário e definir que tal dia se vota um projeto e tal dia se vota outro. Quando isso tiver assegurado, eu posso rever essa decisão de



Os líderes partidários se reúnem na próxima terça-feira com o presidente Marco Maia para apresentar as prioridades das votações do semestre

obstruir. Até lá, vamos obstruir”, disse o líder do DEM, Antonio Carlos Magalhães Neto (BA).

O PSDB não anunciou obstrução, mas disse que pode mudar a posição caso não haja acordo na próxima terça-feira. “Estamos com a oposição de sobreaviso esperando o compromisso de se estabelecer um cronograma para votar outros projetos de iniciativa do Legislativo”, informou o líder do partido, Duarte Nogueira (SP).

O presidente Marco Maia disse que

espera a compreensão do DEM para que haja possibilidade de acordo. “Temos trabalhado no sentido de compor acordos que viabilizem as votações na Casa e que permitam que as explicações sobre as denúncias sejam realizadas. Espero que os democratas entendam esses encaminhamentos que estamos fazendo”, afirmou.

Trancamento - Além da defesa dos temas polêmicos por alguns partidos, a definição de um calendário de votação de propostas também tem um entrave regimental: propostas do Executivo com

prazo de urgência constitucional vencido impedem a votação de projetos de lei ordinária ou complementar, mesmo em sessões extraordinárias. O projeto que cria o Pronatec (PL 1209/11) já está com o prazo de análise vencido e, no próximo dia 17, vencerá o prazo da outra proposta com urgência constitucional, a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (PL 1749/11).

Para o líder do governo, Cândido Vaccarezza (PT-SP), a expectativa é que a Câmara aprove, até o final do mês, sete medidas provisórias (MPs 532 a 538), além dos dois projetos com urgência constitucional. Assim, a pauta de votações fica destrancada por pelo menos quinze dias. “Temos muitos temas importantes para ser votados: o Supersimples, o Cade, a Lei Geral da Copa, que o governo pretende enviar, e outros”, resumiu o líder.

Enquanto a urgência constitucional estiver trancando a pauta, não poderão ser votadas, por exemplo, as mudanças no Supersimples, que têm o aval da maioria dos partidos. Também fica impedida a votação do projeto que regulamenta a Emenda 29. Vaccarezza reafirmou que, “do ponto de vista político”, não há condições ainda para a votação do piso nacional de policiais e bombeiros e da regulamentação de recursos para a saúde da Emenda 29.

Conheça as prioridades divulgadas por alguns líderes partidários *

PSDB

Regulamentação dos recursos para a saúde previstos na Emenda 29 (PLP 306/08); ampliação do Supersimples – Simples Nacional (PLP 591/10); reforma tributária, em especial a desoneração da folha; fim das coligações (PL 4703/11) e reforma política; crimes cibernéticos (PL 84/99); distribuição dos royalties do petróleo (PL 8051/10); novo Código Brasileiro da Aeronáutica (PL 6716/09); reestruturação do Cade (PL 3937/04); Pronatec (PL 1209/11); regulamentação do aviso prévio proporcional; piso salarial de policiais e bombeiros (PECs 300/08 e 446/09); aposentadoria integral por invalidez (PEC 270/08); PEC da Música (PEC 98/07); novas regras para o favor previdenciário (PL 3299/08); novas regras para o Fundo de Participação dos Municípios (PLP 582/10).

PT

Medidas de desoneração da folha salarial; ampliação do Supersimples – Simples Nacional; regulamentação dos recursos para a saúde previstos na Emenda 29; PEC do Trabalho Escravo (PEC 438/01); PEC do Cerrado (PEC 115/95); redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais (PEC 231/95); e a reestruturação do Cade (PL 3937/04).

DEM

Regulamentação dos recursos para a saúde previstos na Emenda 29; piso salarial de policiais e bombeiros; ampliação do Supersimples – Simples Nacional; outros projetos ligados à segurança pública.

PR

Criação de mais quatro tribunais regionais federais (PEC 544/02); regulamentação dos recursos para a saúde previstos na Emenda 29; piso salarial de policiais e bombeiros; regulamentação da terceirização (PL 4302/98); criação da Polícia Penal (PEC 308/04), e todas as outras PECs ligadas às categorias da segurança pública.

PV

PEC do Cerrado; criação do Fundo para a Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco (PEC 524/02); regulamentação dos recursos para a saúde previstos na Emenda 29; piso salarial de policiais e bombeiros; incentivos fiscais para projetos ambientais (PL 5974/05); recursos para estados que abriguem, em seus territórios, unidades de conservação ou terras indígenas demarcadas (PLP 351/02); criminalização do comércio ilegal de animais silvestres (PL 347/03).

PTB

Alterações do aviso prévio; criação de municípios (PLP 130/96); PEC do Cerrado; PEC dos Cartórios (PEC 471/05); atribuições da Defensoria Pública (PEC 487/05); ICMS de hidrelétrica (PLP 77/07); regulamentação dos recursos para a saúde previstos na Emenda 29; mudanças no Fundo de Participação dos Municípios (PLP 141/07); regulamentação das agências de turismo (PL 5120/01).

PCdoB

Regulamentação dos recursos para a saúde previstos na Emenda 29; fidelidade partidária (PLP 124/07); normas sobre recursos do Fundo de Participação dos Estados (PLP 582/10); recursos para estados que abriguem, em seus territórios, unidades de conservação ou terras indígenas demarcadas (PLP 351/02); aposentadoria voluntária da policial mulher (PLP 275/01); projeto que obriga toda farmácia a contar com pelo menos um farmacêutico; banda larga nas escolas (PL 1481/07); jornada de enfermeiros (PL 2295/00); Vale-Cultura; cargos para o TRT da 5ª Região (PL 7757/10); redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais; PEC do Trabalho Escravo; Sistema Nacional de Cultura (PEC 416/05); atribuições da Defensoria Pública; licença-gestante de 180 dias (PEC 30/07); criação de outros quatro TRFs (PEC 544/02); aposentadoria especial para seringueiros (PEC 556/02).

Governo

Medidas provisórias; ampliação do Supersimples – Simples Nacional; reestruturação do Cade; alterações nas agências reguladoras (PL 3337/04); Lei Geral da Copa e Marco da Mineração (devem ser encaminhados pelo Executivo).

Psol

Projeto que obriga toda farmácia a contar com pelo menos um farmacêutico (PL 4385/94); aposentadoria integral por invalidez (PEC 270/08); punição para uso de publicidade oficial para fim pessoal (PL 3981/04); redução da jornada de trabalho para 40 horas; voto aberto no Congresso (PEC 349/01); PEC do Trabalho Escravo.

PSB

Política Nacional de Irrigação (PL 6381/05); Vale-Cultura (PL 5798/09); educação gratuita aos portadores de deficiência (PEC 347/09); Sistema Nacional de Cultura (416/05); representação feminina nas Mesas Diretoras da Câmara e do Senado e nas comissões (PEC 590/06); fundo de revitalização do rio São Francisco; criação da Polícia Portuária Federal (PEC 59/07).

(*) Partidos que encaminharam as prioridades ao Jornal da Câmara até as 19h da quinta-feira.

Câmara conclui a votação de MP que cria plano de recuperação de escolas

O Plenário da Câmara concluiu ontem a votação da Medida Provisória 530/11, que cria o plano especial de recuperação da rede física de escolas públicas atingidas por desastres naturais. Poderão ter acesso a recursos específicos para essa finalidade as escolas de municípios, estados e do Distrito Federal se a localidade decretar estado de calamidade pública ou situação de emergência.

O texto principal da MP foi aprovado na quarta-feira, mas faltava analisar os destaques apresentados ao projeto de lei de conversão do relator, deputado Glauber Braga (PSB-RJ). A Câmara aprovou um dos destaques e os demais foram retirados por seus autores. A matéria segue para o Senado.

Crítérios - De acordo com a medida, o conselho deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) fixará os critérios de distribuição dos recursos e os procedimentos operacionais para execução do plano especial, assim como para a prestação de contas.

Depois de aprovado o plano para uma escola, o FNDE fará o

repasso diretamente a uma conta corrente aberta para esse fim em parcela única, sem necessidade de assinatura de contrato, convênio ou qualquer outro tipo de instrumento.

Acessibilidade - Uma das novidades no texto de Braga é que os reparos e a reconstrução das escolas deverão observar as normas de acessibilidade para deficientes físicos, conforme emendas apresentadas pelos deputados do PSDB Otavio Leite (RJ) e Mara Gabrielli (SP).

O relator também especificou que as bibliotecas das escolas públicas poderão ser beneficiadas com os recursos.

Para Glauber Braga, o assunto abordado na MP é dos mais urgentes que devem ser tratados pelo País atualmente. "A recuperação das escolas deve ser a mais rápida



Emendas de Mara Gabrielli e Otavio Leite garantem acessibilidade, nas escolas, a portadores de deficiência

A recuperação das escolas deve ser a mais rápida possível, a fim de que os jovens não sofram com o atraso em seu ensino
Glauber Braga

da possível, a fim de que os jovens não sofram com o atraso em seu ensino", afirmou.

Subjetividade - O destaque aprovado ontem retira do texto a expressão "ou inseguras", referente à condição das escolas que poderão ser beneficiadas pelo plano de recuperação. O deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) disse que

o termo é subjetivo e que sua retirada servirá para ampliar a possibilidade de as escolas receberem as verbas.

Na terça-feira, a Câmara já havia aprovado a MP 531/11, que concedeu crédito extraordinário de R\$ 74 milhões ao Ministério da Educação para a execução do plano de recuperação das escolas atingidas por desastres naturais.

Uso de prédios públicos por escoteiros vai ao Senado

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou o Projeto de Lei 1050/07, do deputado Otavio Leite (PSDB-RJ), que autoriza a utilização de áreas e prédios públicos, em horário compatível ao seu funcionamento, por grupos oficiais de escoteiros e bandeirantes.

Pela proposta, a autorização valerá para as áreas integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), as unidades militares e os prédios públicos em geral, em especial as escolas. Aprovado em caráter conclusivo na última terça-feira, o texto seguirá para análise do Senado, caso não haja recurso para apreciação pelo Plenário da Câmara.

O parecer do relator, deputado Sarney Filho (PV-MA), foi favorável ao projeto e à emenda aprovada na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. A emenda exclui das áreas que poderão ser

utilizadas as estações ecológicas e as reservas biológicas, já que são unidades de conservação com alto grau de restrição. Além disso, prevê que, para a realização de atividades em unidades de conservação ambiental, seja observado o seu plano de manejo.

O relator considerou "louvável a utilização dos espaços do Poder Público para práticas de grupos oficiais de escoteiros e bandeirantes, que contribuem para o pleno desenvolvimento da cidadania, com atividades que melhoram o condicionamento físico e mental, ético

e social dos cidadãos envolvidos". Ademais, afirma, "essa já é uma prática comum e que tem contribuído para a formação do caráter e da personalidade desses jovens".

Conservação - Segundo o projeto, o Poder Público garantirá, sempre que possível, a infraestrutura adequada das áreas a serem utilizadas pelos escoteiros e bandeirantes, com banheiros e sistemas de energia, iluminação e segurança.

Os grupos deverão requerer o espaço diretamente aos titulares do órgão ou da unidade em que pretendem implantar suas atividades, detalhando horários e programas de trabalho. Caso o uso do espaço seja autorizado, a responsabilidade pela conservação e manutenção será dos grupos de escoteiros e bandeirantes, que poderão ficar impedidos de usar outros locais, caso não respeitem essa obrigação.



Escoteiros participam de sessão solene em homenagem ao movimento no Brasil

Vítimas do massacre em Realengo não são bem atendidas, avalia deputado

Carolina Pompeu

O deputado Roberto de Lucena (PV-SP), que, junto com outros cinco parlamentares, visitou a escola de Realengo, no Rio de Janeiro (RJ), que sofreu o ataque de um atirador em abril deste ano, afirmou que muitas vítimas não estão recebendo os cuidados médicos necessários. Segundo Lucena, as famílias dos jovens também não contam com apoio psicológico. A visita dos parlamentares à escola, onde 12 alunos morreram em consequência do ataque, foi feita no último dia 8 de julho.

Para Roberto de Lucena, o apoio do governo municipal às vítimas foi interrompido assim que o tema saiu das manchetes dos jornais. “Junto com o silêncio da mídia, houve o silêncio das autoridades. São inúmeros os casos de urgência de procedimentos médicos, mas, mesmo assim, não há vontade política para que essas situações sejam resolvidas”, afirmou.

Também participaram da visita à escola os deputados Chico Alencar (Psol-RJ), Neilton Mulim (PR-RJ), Liliam Sá (PR-RJ) e Keiko Ota (PSB-SP). No encontro, uma associação das famílias das vítimas fez reivindicações para me-



Para Roberto de Lucena, autoridades reduziram o atendimento aos adolescentes vítimas da tragédia

lhorar da segurança nas escolas, como a instalação de detectores de metal; marcação de horário para recebimento de visitantes, fora do horário escolar; avaliações psicológicas periódicas dos alunos e registro de possíveis problemas; atuação permanente de profissionais da área de segurança, como policiais ou bombeiros, nos colégios; e tratamento psicológico contínuo para as famílias

das vítimas de Realengo.

Frente - O relato da visita foi feito durante reunião da Frente Parlamentar de Combate ao Bullying e outras Formas de Violência. Roberto de Lucena, que é coordenador do grupo, afirmou que os casos de intimidação nas escolas devem ser combatidos para evitar reações violentas.

O atirador que matou as crianças e logo depois se suicidou, Wellington Menezes de Oliveira, era ex-aluno do colégio de Realengo. A sua carta de despedida e depoimentos de ex-colegas indicam que o criminoso havia sofrido perseguição quando estudante. “Quase todo mundo que eu conheço já foi vítima de bullying. A gran-

de maioria não saiu por aí despejando sua fúria. Mas hoje nós temos um ambiente hostil em nossas escolas que precisa ser interrompido para que não ocorra o que aconteceu em Realengo”, alertou o deputado.

O representante da Confederação Nacional das Associações de Pais e Alunos, Luiz Claudio Megiorin, que participou do encontro, também destacou a

necessidade das medidas de prevenção ao bullying. “Essa é uma forma de violência muito cruel e sutil que atinge não somente os jovens, como também todo o corpo social da escola”, disse.

Projetos - Hoje, segundo dados da frente parlamentar, tramitam na Câmara 15 projetos de lei com propostas de combate ao bullying. As propostas preveem desde a obrigatoriedade da divulgação de campanhas publicitárias contra a intimidação nas escolas até a tipificação do crime de bullying.

Uma delas obriga as escolas públicas e privadas de ensino fundamental a manter psicólogos em seus quadros de pessoal (PL 1691/11). A ideia é que esses profissionais prestem atendimento às vítimas de bullying e a suas famílias. “Precisamos ter em cada escola um profissional especializado para identificar transtornos antes que eles se tornem tendências e se materializem em forma de violência”, disse Roberto de Lucena.

O deputado informou que a frente deverá realizar uma força-tarefa para a aprovação das propostas. O objetivo é conversar com o presidente da Câmara, Marco Maia, e com os líderes partidários para que os projetos tramitem rapidamente nas comissões.

COMISSÕES

CCJ acata emendas do Senado a projeto que muda lei ambiental

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou na última terça-feira emendas de redação do Senado ao Projeto de Lei 3220/00, que obriga os responsáveis por estabelecimentos ou atividades potencialmente poluidoras a divulgar, em placas visíveis ao público, os prazos das licenças de instalação e de operação do empreendimento. A proposta segue agora para análise do Plenário.

O relator, deputado Sarney Filho (PV-MA), sugeriu a aprovação das emendas. Ele explicou que elas têm o objetivo apenas de corrigir a redação do projeto oriundo da Câmara, sem alterar seu conteúdo. Uma delas, por exemplo, modifica o texto da ementa.

A proposta, que modifica a lei da Política Nacional do Meio Ambiente (6.938/81), é de autoria do ex-deputado Luiz Bittencourt (GO). O texto

determina que a placa divulgará a data de aprovação, por órgão ambiental, do Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA).

De acordo com o Ibama, entre as atividades potencialmente poluidoras ou causadoras de degradação ambiental estão as de extração de minério, indústria de papel e celulose e indústria química.



Idoso e portador de deficiência poderão ter prioridade em guichês

Aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, o Projeto de Lei 628/11, da deputada Nilda Gondim (PMDB-PB), obriga os estabelecimentos comerciais que atendam o público por meio de balcões e guichês a dar tratamento prioritário a portadores de deficiência, idosos com 60 anos ou mais, gestantes, lactantes e pessoas acompanhadas por crianças de colo.

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Aperfeiçoamento - O texto recebeu parecer favorável do relator, deputado Dr. Ubiali (PSB-SP). Segundo ele, o projeto aperfeiçoa a legislação de atendimento prioritário. Atualmente,

a Lei 10.048/00 prevê tratamento diferenciado e imediato somente em repartições públicas, concessionárias de serviços públicos e bancos.

O projeto aprovado determina também que o desrespeito ao atendimento prioritário sujeitará a loja à multa correspondente a dez vezes o valor do menor benefício pago pelo Regime Geral de Previdência Social.



Wandenkolk Gonçalves critica grupo envolvido na obra de Belo Monte

O deputado Wandenkolk Gonçalves (PSDB-PA) afirmou que o Consórcio Norte Energia, grupo empresarial envolvido na construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, não está cumprindo as condicionalidades sociais previstas no contrato da obra. Segundo Gonçalves, a maioria das ações de educação, saúde e segurança exigidas pela obra “não saíram do papel”.

Presidente de uma subcomissão permanente da Comissão de Minas e Energia responsável pelo acompanhamento da implantação de projetos mineiros e hidrelétricos no Pará, o deputado alertou que as cidades próximas às obras estão recebendo novos moradores a cada dia, encorajados pelas promessas de empregos.



SAULO CRUZ

“A situação está cada vez pior e as prefeituras estão enfrentando dificuldades. Não adianta pintar uma escola e dizer que se está melhorando a educação. Não adianta dizer que trocar um telhado é recuperar um hospital”, alertou.

Wandenkolk Gonçalves lembrou também que o grupo empresarial ainda não obteve a licença de operação da usina. “Eles não estão tendo, no cumprimento das condicionalidades, a mesma disposição que tivemos para aprovação da obra. Se as contrapartidas sociais não forem cumpridas, o mesmo esforço que fiz para a liberação da obra, eu poderei fazer para que elas não continuem”, disse.

Violência

Íris de Araújo (MPDB-GO) destacou pesquisa divulgada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* mostrando o aumento da violência nas escolas e, principalmente, dos casos de bullying. “A incapacidade de muitas crianças e jovens de lidar com a autoridade, as frustrações pessoais e a desestruturação familiar contribuem para forjar um ambiente educacional explosivo”, disse. A deputada citou como exemplo o assassinato, por um aluno, do professor universitário Kássio Gomes, no ano passado, em Minas, e disse que a educação brasileira precisa ser repensada.

Municípios

José Augusto Maia (PTB-PE) informou o lançamento, na quarta-feira, da Frente Parlamentar Mista de Criação de Municípios, além da realização de encontro com representantes do governo federal. Segundo o deputado, o encontro teve como objetivo discutir um texto de consenso a ser enviado ao Congresso Nacional que defina critérios para emancipação de novos municípios. “O processo de autonomia de municípios deve retornar à competência dos estados”, defendeu o parlamentar.

Saúde

Ao lembrar que hoje (5) é comemorado o Dia da Saúde, João Ananias (PCdoB-CE) afirmou que o Congresso precisar dar celeridade à aprovação da Emenda 29, que garante mais recursos para o setor. Ananias, vice-presidente da Frente Parlamentar da Saúde, defendeu também a criação de uma alternativa de financiamento do Sistema Único de Saúde para garantir maior acesso e melhoria no atendimento dos pacientes.

Vestibular

Sebastião Bala Rocha (PDT-AP) pediu apoio para projeto de sua autoria que altera a Lei de Diretrizes da Educação, permitindo que o aluno, ao concluir o segundo ano do ensino médio, possa ingressar na universidade caso seja aprovado em vestibular. O projeto está na Comissão de Educação e Cultura e recebeu parecer contrário do relator, deputado Artur Bruno (PT-CE). “O sistema educacional não existe para frear o desenvolvimento intelectual dos jovens, ainda mais em um país que precisa de profissionais e cientistas”, afirmou Bala Rocha.

NOTAS

Preconceito e racismo

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias vai realizar audiência pública, em data a ser definida, para discutir o tema “Preconceito, Intolerância e Racismo”. Na ocasião também será discutido o racismo e o preconceito sofrido por ciganos e judeus.

A deputada Janete Rocha Pietá (PT-SP), autora do pedido, explica que o programa “Conexão Repórter”, exibido pelo SBT no dia 1º de junho, abordou o assunto. “As imagens transmitidas demonstram o quanto o Brasil, um país de natureza multicultural, ainda está longe de alcançar um patamar livre do preconceito e da intolerância racial.”

Pietá acrescenta que “é lamentável ainda existir neste País o racismo, cuja prática tornou-se crime desde a promulgação da Constituição de 1988”. “Temos que procurar meios de colocar em prática, de forma mais incisiva e rigorosa, o que dispõe o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades”, diz a deputada.



BETO OLIVEIRA

Bueiros e galerias do Rio

As explosões de bueiros no Rio de Janeiro e a manutenção das galerias subterrâneas de responsabilidade da Light, empresa concessionária de fornecimento de energia elétrica no estado, serão debatidas pela Comissão de Minas e Energia.

A audiência pública foi solicitada pelos deputados Fernando Jordão (PMDB-RJ), Aureo (PRTB-RJ) e Vinicius Gurgel (PRTB-AP). Segundo Jordão, a população tem medo de caminhar pelas ruas, diante da possibilidade de ser atingida por uma explosão.

“A paranoia chega a tal ponto que, ao menor sinal de fumaça saindo das galerias, instala-se uma histeria”, disse. Para o deputado, é urgente averiguar com profundidade esses incidentes, identificar os culpados e utilizar, “com rigor, a lei vigente, a fim de evitar que seja deflagrado o início de uma onda generalizada de atentados à população.”

Outra audiência sobre o mesmo assunto será realizada pela Comissão de Defesa do Consumidor. As datas dos debates ainda serão definidas.

Frentes defendem criação dos estados de Carajás e Tapajós

Foram criadas ontem no Congresso as frentes parlamentares em defesa da criação dos estados de Carajás e Tapajós. Um plebiscito será realizado em 11 de dezembro, quando os eleitores do Pará responderão se concordam ou não com a divisão do seu território. Toda população do Pará deverá participar.

O Instituto Cidadão Pró-Emancipação de Tapajós e o Instituto Pró-Estado de Carajás recorreram ao Supremo Tribunal Federal para que apenas os residentes das duas regiões sejam ouvidos. As entidades querem mudar

interpretação do Tribunal Superior Eleitoral que considera toda a população do Pará interessada na criação dos dois estados.

Segundo calendário divulgado pelo TSE, será permitida propaganda sobre o plebiscito a partir de 13 de setembro. Já a propaganda gratuita no rádio e na TV terá início em 11 de novembro, apenas no Pará. Se o resultado for favorável à divisão, será encaminhado ao Congresso um projeto de lei complementar para a alteração do território.

Comissão aprova programa que incentiva uso de bicicletas como alternativa a ônibus e carros

A Comissão de Desenvolvimento Urbano aprovou na quarta-feira o Projeto de Lei 6474/09, do deputado Jaime Martins (PR-MG), que cria o Programa Bicicleta Brasil (PBB) nos municípios com mais de 20 mil habitantes. A proposta destina 15% do valor arrecadado com multas de trânsito para financiar o programa.

Entre os objetivos do PBB estão: apoiar estados e municípios na instalação de bicicletários públicos e construção de ciclovias e ciclofaixas; promover a integração das bicicletas ao sistema de transporte público coletivo; promover campanhas de divulgação dos benefícios do uso da bicicleta como meio de transporte econômico, saudável e ambientalmente adequado.

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será votado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. O texto já foi aprovado pela Comissão de Viação e Transportes.

Trânsito caótico - O relator da matéria, deputado Roberto Britto (PP-BA), que apresentou parecer favorável, afirmou que o transporte realizado por meio de bicicletas é uma alternativa ao trânsito cada vez mais congestionado, ao excesso de poluição ambiental, ao aumento dos níveis de consumo de combustíveis e aos problemas climáticos derivados do aquecimento global. Segundo ele, essa medida vem sendo adotada por países europeus, como França, Bélgica, Holanda e Alemanha, e por cidades brasileiras, como Joinville e Blumenau, em Santa Catarina, com resultados satisfatórios.

“É inegável que o uso da bicicleta como meio de transporte não tem recebido a devida atenção na formulação

de políticas públicas no Brasil”, disse. “A regra geral é que os ciclistas carecem de local próprio para circular, precisando disputar com os veículos um espaço na via pública, em meio à falta de segurança, o que gera inúmeros acidentes.”

Plano de transporte - Foi aprovada emenda do relator que obriga as cidades com mais de 500 mil habitantes a incluir, no plano de transporte urbano integrado exigido pelo Estatuto da Cidade (Lei 10.275/01), a previsão obrigatória da implantação de ciclovias e a promoção do transporte cicloviário. O projeto original estabelece apenas que, nessas cidades, as ações do Programa Bicicleta Brasil deverão ser compatíveis com o plano de transporte urbano integrado.

Segundo o projeto, o PBB também será financiado por dotações orçamentárias de todos os níveis de governo e por contribuições e doações de organizações, pessoas físicas e jurídicas



ROOSEWELT PINHEIRO ABR

Um dos objetivos do projeto é estimular o uso da bicicleta como meio de transporte saudável, econômico e ambientalmente adequado

nacionais e estrangeiras. Outra fonte de financiamento serão os recursos da Cide-Combustíveis. O projeto altera a

lei que fixa os critérios desse tributo (Lei 10.636/02) e o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97).

Projeto aprovado amplia área de trabalho para taxistas

O Projeto de Lei 4374/08, do deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE), aprovado pela Comissão de Viação e Transportes, permite aos táxis de um município circular em outro dentro da mesma Região Integrada de Desenvolvimento (Ride). Hoje, o taxista pode levar o passageiro da cidade em que está para outra, mas não pode embarcar outro passageiro nesta segunda cidade. As Rides são regiões metropolitanas interestaduais, criadas para articular projetos, soluções e políticas públicas dentro da área integrada, com o objetivo de promover o desenvolvimento regional.

O relator do projeto, Mauro Lopes (PMDB-MG), elogiou a medida, mas sugeriu mudanças no texto inicial. Ele apresentou um substitutivo, que foi aprovado pela comissão.

Mobilidade reduzida - Uma das mudanças aprovadas retira do texto da nova lei as regras relativas ao transporte de pessoas com deficiência, idosos, gestantes e obesos. Pela proposta, 1% das novas permissões para táxis de

municípios com menos de 50 mil habitantes terá que ser destinado preferencialmente para veículos adaptados a esse público. Nos municípios com população maior, esse percentual sobe para 5%.

O cálculo foi mantido, mas, de acordo com o substitutivo, a regra deverá constar de outra lei que estabelece normas gerais de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida (Lei 10.098/00). “A disposição é interessante, tendo em vista a garantia de acessibilidade, mas lembramos que já existe uma lei sobre esse tema que, inclusive, traz um capítulo específico sobre a acessibilidade nos veículos de transporte coletivo”, disse Lopes.

A proposta foi rejeitada pela Comissão de Desenvolvimento Urbano e aprovada pela de Seguridade Social e Família. O texto segue agora para análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, antes de ser votada pelo Plenário.

Frente parlamentar quer incluir novo modelo de ferrovias no PPA

Luiz Cláudio Canuto

A Frente Parlamentar Mista das Ferrovias quer incluir no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 a definição de um novo modelo de transporte ferroviário no País, cuja discussão deve envolver o caráter público ou privado do sistema e a política tarifária. A proposta de PPA deve ser enviada pelo governo ao Congresso até o fim deste mês.

Na próxima semana, os parlamentares deverão se reunir com o ministro dos Transportes, Sérgio

Passos. “Queremos que as ferrovias sejam uma prioridade na política pública brasileira. Estamos convencidos de que a ferrovia é um transporte mais barato, mais seguro e ambientalmente sustentável”, disse ontem o coordenador da frente, deputado Pedro Uczai (PT-SC).

Segundo o deputado, ao investir em ferrovias, o País ganha porque transfere para os trens o transporte de cargas de médias e longas distâncias e de baixo valor agregado.

Em julho, o governo publicou um novo marco regulatório do setor fer-

roviário com o objetivo de ampliar a competitividade no setor. As regras preveem compartilhamento da infraestrutura entre as concessionárias e metas de produção por trecho. Para os integrantes da frente, é preciso definir qual modelo (público ou privado) vai garantir menor custo para o transporte.

Segundo a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), cerca de 90% das ferrovias brasileiras foram construídas entre o fim do século 19 e o início do século 20. Dois terços da malha ferroviária são subutilizadas ou

não utilizadas.

Seminários - A frente parlamentar, que reúne 199 deputados e 16 senadores, se reuniu ontem para estabelecer a agenda de trabalhos do segundo semestre. Foi aprovada a realização de seminários regionais no Sul, Norte e Nordeste. Em Porto Alegre (RS), o evento será no dia 26/8; em Rio Branco (AC), no dia 9/9; e em Salvador (BA), em 23/9. Já foram realizados seminários nas regiões Sudeste e no Centro-Oeste. Está previsto um seminário nacional em Brasília, em 6 de outubro.

Relatório de Givaldo Carimbão vai propor aumento de pena para grandes traficantes

Renata Tôres

O relator da Comissão Especial sobre Políticas Públicas de Combate às Drogas, deputado Givaldo Carimbão (PSB-AL), antecipou, na quarta-feira, algumas medidas que pretende apresentar ao colegiado para combater o consumo de drogas no Brasil. Uma delas é o aumento da pena para o traficante que for pego com grandes quantidades de drogas, para diferenciá-lo do pequeno traficante.

O deputado também deverá sugerir a proibição da propaganda de bebidas alcoólicas e o aumento dos impostos sobre esses produtos, fazendo com que financiem o tratamento de dependentes químicos.

Carimbão argumentou que todos os usuários de drogas ilícitas iniciam o vício por meio de uma droga lícita, que é o álcool. “Nós temos que rediscutir essa tributação da bebida. Temos que financiar a recuperação e a repressão das drogas ilícitas, até porque está comprovado cientificamente em pesquisas que 100% dos que chegaram ao crack passaram pela bebida. A quinta droga que o ser humano usa é o crack, a quarta é a cocaína, a primeira é a bebida”, afirmou o deputado, que foi o autor do requerimento para a audiência pública realizada na quarta-feira, da qual participou o diretor de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal (PF), Oslain Santana.

Fronteiras - Oslain Santana des-

tacou no debate que a fronteira com o Paraguai é a que mais preocupa a Polícia Federal no combate às drogas, pois o país é o segundo maior produtor de maconha do mundo – o primeiro é o Marrocos. Por essa fronteira também entra no Brasil a cocaína dos três maiores produtores mundiais: Colômbia, Peru e Bolívia.

O policial afirmou que, em 2010, houve redução de 18% da cocaína produzida na Colômbia, principalmente por causa da ação preventiva dos Estados Unidos, que recebe a maior parte da droga desse país. Já a produção da droga aumentou em 4% no Peru, e em 6% na Bolívia, os maiores fornecedores de cocaína para o Brasil.

Apesar de a maior parte da cocaína ser produzida na América do Sul, o maior consumo está nos Estados Unidos e nos países da Europa, onde há a maior concentração de riqueza. “A produção total mundial é em torno de 850 toneladas, de acordo com dados da ONU. A América do Norte e a Europa consomem em torno de 600 toneladas. O restante é destinado ao consumo de todos os países do mundo, então não dá para mensurar quanto vem para o Brasil”, disse Santana.

De acordo com o diretor da Polícia Federal, no combate ao narcotráfico, o órgão tem aumentado a cooperação com as Forças Armadas, com outros órgãos federais e com as forças de segurança dos estados e de outros países,

principalmente na área de inteligência. Além disso, a PF ampliou o número de policiais nas fronteiras. Segundo

Santana, nas cidades fronteiriças, onde vivem 15% das 27% do efetivo da corporação.



A Polícia Federal ampliou o número de policiais nas fronteiras, segundo informou na Câmara o diretor de Combate ao Crime da instituição, Oslain Santana

Perícia da PF está sendo interiorizada

Durante a audiência, o perito do Instituto de Criminalística da Polícia Federal, Adriano Maldaner, afirmou que a perícia da PF está sendo interiorizada, inclusive em direção às fronteiras, para ficar mais próxima das áreas onde ocorrem os delitos relacionados a drogas. Ele também disse que a criação constante de novas drogas e a modificação das que já existem são desafios para a perícia.

Entretanto, em relação ao óxi, Maldaner ressaltou que a análise da PF e de institutos de criminalística estaduais constatou que não se trata de uma nova droga, como foi divulgado pela imprensa. O óxi tem como base a cocaína, e

é consumido de forma parecida com o crack.

O perito ressaltou ainda que a corporação desenvolve o projeto Perfil Químico da Droga (Projeto Pequi), que se propõe a identificar características mais precisas da composição das drogas por meio de testes químicos analíticos. Segundo ele, a partir de um banco de dados, é possível comparar o resultado de uma amostra apreendida no Brasil com amostras de outros locais de produção para determinar a origem da droga, que produto químico ou solvente foi usado para refiná-la, e, com o cruzamento dos resultados, fazer conexões entre diferentes apreensões. (RT)

CCJ proíbe agrotóxico associado a suicídio de lavradores

Aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), o Projeto de Lei 2691/97, do deputado Fernando Ferro (PT-PE), proíbe a produção, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação e a exportação dos produtos agrotóxicos cujo princípio ativo seja o organofosforado (composto orgânico que contém fósforo em sua fórmula) Methamidophos. A proposta torna todas essas atividades crimes, passíveis da pena de detenção de seis meses a dois anos, além do pagamento de multa.

O Methamidophos é um inseticida utilizado principalmente nas culturas de amendoim, tabaco, pimenta e trigo. Seu uso tem sido discutido porque há a suspeita de ela ser a causa da morte de trabalhadores rurais por hemorragias e suicídios.

O relator, deputado Dilceu Sperafico

(PP-PR), recomendou a aprovação da medida. Ele apresentou, porém, uma emenda para excluir o artigo do projeto que atribui ao Poder Executivo prazo para regulamentar a matéria. Segundo

o relator, esse dispositivo contraria o princípio da separação dos Poderes. “Quanto ao mérito, a proposta é oportuna e significa inequívoco progresso na legislação brasileira de agrotóxicos”,



disse Sperafico.

De acordo com o autor do projeto, Fernando Ferro, o exemplo mais famoso de agrotóxico com o princípio ativo Methamidophos é o Tamaron, que seria usado em larga escala na Região Sul em lavouras de fumo. Conforme o deputado, pesquisa indica que o uso desse agrotóxico estaria associado ao elevado índice de suicídio na cidade de Venâncio Aires (RS). “Estudos experimentais e relatos de casos têm demonstrado que várias funções cerebrais superiores podem ser afetadas pelos organofosforados”, afirmou. Ferro ressaltou que o Methamidophos já é proibido no Reino Unido e na China.

O projeto havia sido rejeitado pelas comissões de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias; e de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Agora, o texto seguirá para a análise do Plenário.